



## **Dimensões do social nas notícias: aspectos teóricos sobre o jornalismo e a sociedade civil<sup>1</sup>**

Adélia Barroso Fernandes<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este artigo propõe uma reflexão teórica sobre o papel do jornalismo para o aperfeiçoamento da democracia, da cidadania e dos direitos humanos no Brasil recente. Para isso, discute-se a formação do espaço público na sociedade contemporânea, a constituição da sociedade civil, o papel do jornalismo e seu lugar nesta rede democrática, a partir de autores como Habermas, Rousiley Maia, Wilson Gomes, Maria Gohn, Paulo Meksenas e Mouillaud.

**PALAVRAS-CHAVE:** jornalismo; democracia; espaço público; sociedade civil; movimentos sociais.

### **1 O lugar do jornalismo na sociedade atual**

O jornal tornou-se uma instância de referência na sociedade contemporânea, ou seja, faz parte das conversas, é citado como fonte de conhecimento, participa do jogo político, constitui-se como lugar de denúncias, de informação sobre os serviços públicos, faz circular sentidos sobre os direitos de algumas categorias sociais, etc. Este entrelaçamento entre jornalismo e sociedade nos é explicado por França (1998) que ressalta o caráter sociodiscursivo do jornalismo, ambiente de troca de idéias e palavras nascidas e dirigidas à própria sociedade, a propósito dela mesma, como parte do diálogo humano.

Natureza dialógica da consciência, natureza dialógica da própria vida humana. A única forma adequada de expressão verbal da autêntica vida do homem é o diálogo inconcluso. A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, X Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Adélia Barroso Fernandes é graduada em Jornalismo pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Comunicação Social pela UFMG e doutorando em Lingüística pela UFMG. Atua como professora e pesquisadora do curso de Jornalismo do Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH).



participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal. (BAKHTIN, 2003, p. 348).

O jornalismo envolve-se neste tecido social apresentando os temas que são incorporados nas disputas cotidianas, dando visibilidade a uma pluralidade de pontos de vistas que podem configurar-se como um debate aberto, ajudando na formação da opinião pública sobre assuntos de interesse geral. Estes aspectos do jornalismo consolidam-se ainda mais com o amadurecimento da democracia.

Com a estabilização e o avanço do regime democrático no Brasil desde 1985, a relação entre jornalismo e política vem se aperfeiçoando. O modelo ideal para esta relação não é dado pronto, está em elaboração na medida em que o jornalismo e a própria sociedade experimentam, avançam, recuam, acertam e erram.

Os processos democráticos pressupõem circulação de informações para tomada de decisões. Cada esfera social, então, tenta tornar visível seu argumento e suas necessidades para que as decisões sejam favoráveis ao seu grupo de interesse. Esta disputa envolve tanto agentes políticos institucionalizados, como a sociedade civil, os empresários e até mesmo grupos menos organizados. Explicando de outra maneira, há fluxos comunicativos advindos dos interstícios cotidianos, com reivindicações para mudanças na vida prática dos sujeitos. Esses argumentos do mundo da vida, segundo Habermas (1997), alimentam o debate com questões que coordenam uma ação comunicativa. Dos grupos mais ligados ao Estado e ao mercado, chamado mundo sistêmico, vêm os argumentos com apelo aos procedimentos burocráticos, com uma comunicação mais estratégica. Esses fluxos comunicativos se misturam e se interagem nas páginas dos jornais e nos debates nas várias esferas públicas democráticas.

O espaço público, hoje compreendido com a participação da imprensa, é um palco importante para este debate de interesses e busca de acordos e mudanças nos padrões legais. A esfera pública democrática permite que a sociedade civil, especialmente os movimentos sociais e as Ongs, mostrem e discutam a validade de seus propósitos.

A imbricação do jornalismo com os processos democráticos, entendidos como a participação dos sujeitos em esferas de deliberação, torna-se um objeto de estudo relevante. As preocupações de alguns investigadores têm se voltado para os processos



habituais, ano após ano, de como o jornalismo está envolvido na construção dos direitos humanos, respeito às minorias e consolidação de espaços de tolerância.

Visto assim, o jornalismo é essencial para a ampliação dos debates e formação da opinião pública sobre a cidadania e direitos humanos. Por outro lado, o jornalismo não se submete à lógica e ao tempo dos grupos sociais. A imprensa apresenta-se como um campo social que tem regras próprias de funcionamento e precisa estabelecer normas de funcionamento para conseguir manter sua periodicidade e seu contrato de comunicação com os receptores.

Os estudos do jornalismo têm passado por transformações importantes, consequência do abandono das teorias simplificadoras que partiam das hipóteses de manipulação do público e de separação entre o jornalismo e a sociedade. Atualmente, as pesquisas se abrem para inúmeras contribuições teóricas e metodológicas que ajudam a construir um panorama mais integrado entre o fazer jornalístico e a sociedade complexa atual. O jornalismo esteve e está imbricado com a sociedade, seu estudo, portanto, não pode apartar-se de seu objeto e alvo.

Para elaborar um quadro teórico que integre jornalismo e suas rotinas de produção, democracia e organizações da sociedade civil, é preciso entender que o jornalismo é um campo reflexivo<sup>3</sup>, ou seja, está sofrendo influências permanentes da sociedade e influenciando a sociedade a cada instante. O jornalismo não está fora do social, ao contrário, sua maior riqueza é fazer parte desse amálgama.

## **2 A comunicação: o mundo sistêmico e o mundo da vida**

A partir da criação do Estado de direito, as relações entre o Estado e a sociedade tornam-se pautadas nas leis e nas sanções criadas pela sociedade para que a autoridade do Estado democrático de direito possa ser estabelecida. O Estado não representa mais a vontade arbitrária de um rei, mas atua segundo o resultado consensual de grupos da sociedade sobre as diversas questões e seguindo normas burocráticas impessoais. Deste modo, o Estado moderno precisa permanentemente dar satisfações e contar com o apoio da opinião pública para legitimar suas ações. Para isso, apóiam-se

---

<sup>3</sup> Reflexividade, aqui, diz respeito à idéia de que, em nosso cotidiano, consideramos não apenas as referências reflexivas próprias mas também constituídas socialmente. A reflexividade está presente nos mais diversos fenômenos sociais, como as interações, os processos de formação de identidade e a visibilidade da mídia.



na comunicação de massa, especialmente no jornalismo.

A alteração que assistimos é, essencialmente, de natureza cognitiva. Formou-se um domínio multivariado, livre, intenso, veloz e de fácil acesso, composto por repertórios de informação sobre a esfera política, sobre as questões de Estado e sobre o estado da opinião pública, um domínio que funciona como uma grande cena da qual toda a cidadania pode se tornar espectadora e consumidora, a esfera de visibilidade pública política. (GOMES, 2004, p.113).

Temos, então, as forças econômicas (o lucro, a produtividade e a razão instrumental como valores máximos) e o poder do Estado (a burocracia, a ordem e as normas) direcionando as relações sociais. Vários estudiosos das ciências humanas analisam o impacto colonizador das estruturas do mercado e do Estado na vida social, como a família e a cultura, e apontam para diagnósticos sem saídas. No entanto, autores como Habermas, Rousiley Maia, Litz Vieira, Boaventura Santos, entre outros, procuram entender as mudanças provocadas pelas forças sociais nas estruturas consideradas blindadas da esfera da economia e das decisões políticas administrativas. Apesar do peso das estruturas, há um potencial de protesto que apela por novas definições dos padrões, lembrando que nem tudo está decidido de antemão.

Nas análises de Habermas (1989; 1995; 1997; 2001) sobre o papel da comunicação e da esfera pública nas sociedades modernas é possível vislumbrar um prognóstico social mais otimista, já que o enfoque é dado aos processos emancipatórios da sociedade civil, que vêm forçando transformações nos padrões hegemônicos tanto da distribuição das riquezas, como dos estatutos legais e até do próprio modelo cultural da sociedade.

O autor distingue o mundo sistêmico, compreendido pela economia e pelo aparato estatal, do mundo da vida, constituído pela esfera da vida privada e associativa. Esses dois universos têm formas distintas de comunicação e são interligados pelas esferas públicas plurais contemporâneas.

O mundo sistêmico é pautado pela lógica instrumental, pelas relações impessoais, pela busca de resultados que atendam ao bom desempenho administrativo e técnico do Estado e ao lucro e à produtividade do mercado. Os indivíduos se relacionam no mundo sistêmico pela lógica do consumo de bens e serviços e pela venda da força de trabalho, quando se trata do mercado, e pela lógica do clientelismo (impostos) e da cidadania política (votos e apoio às decisões políticas) quando se trata da relação com o



Estado. O mundo sistêmico privilegia a comunicação para o sucesso e é o lugar em que a coordenação de ação prescinde da coordenação de linguagem. Desta maneira, os meios de controle e os meios de integração orientam-se para a obtenção de resultados (HABERMAS, 1989).

Já o mundo da vida guarda as tradições, a cultura e a linguagem, que tornam a vida humana possível de ser compreendida como natural. O mundo da vida é formado pela coordenação da ação através da comunicação, da linguagem, com sujeitos em interação. Esta linguagem tem estruturas consensuais, um substrato comum, que permite que os sujeitos possam convencer os outros com argumentos plausíveis e buscar um consenso. No mundo da vida predomina o agir comunicativo orientado para o entendimento mútuo, em que a comunicação leva a uma busca de acordos (HABERMAS, 1989).

É no mundo da vida que brotam as demandas dos sujeitos por um mundo melhor, por alternativas de vida, por formas mais concretas de atendimento às necessidades, tanto materiais quanto morais. A partir das experiências, construídas pela comunicação, os indivíduos associam-se e passam a apresentar numa esfera pública mais ampla aquilo que consideram como justo e lutam para modificar o panorama social. Há um espaço, engendrado no mundo da vida, para a autonomia dos sujeitos, para o fortalecimento dos laços de solidariedade e das construções das identidades plurais. A dimensão do mundo da vida resiste à intervenção do Estado e do mercado. O mundo da vida tem esta riqueza comunicativa, expansiva, questionadora, que alimenta não apenas seus participantes mais diretos, mas impulsiona a sociedade democrática; afinal, a pluralidade e a diversificação de modos de vida estão presentes no mundo da vida.

A comunicação em geral e o jornalismo em particular têm um poder reflexivo neste processo, ou seja, ao mesmo tempo em que criam condições para mudar os pontos de vista, as ações, podem criar um novo patamar de aceitação e de entendimento entre os sujeitos. Estas mudanças voltam-se para a interação comunicativa e provocam outras mudanças na linguagem.

Numa sociedade complexa e fragmentada, experiências vividas em comunidades específicas podem gerar formas diferentes de tematização. É na vida privada, segundo Maia (1998, p.140), protegida da publicidade, que as pessoas se



encontram e promovem interações simples. Forma-se uma rede, um espaço comunicativo "oculto nos interstícios da vida cotidiana", que proporciona condições espontâneas e dialógicas de formação de opinião. Nos encontros cotidianos acontecem trocas de experiências que propiciam inúmeras formas de discutir e agrupar os problemas. O cotidiano pode, assim, ser entendido como o âmbito da vida social em que são produzidos os fluxos comunicativos e realçados os assuntos relevantes, que vão sendo discutidos na esfera pública.

Boaventura (2000) também acredita na força emancipatória que surge das experiências dos sujeitos, das associações, das saídas criativas daqueles que vivem à margem, na fronteira. Segundo o autor, no processo de regulação da modernidade, a comunidade foi a que mais resistiu e é preciso que os cientistas sociais rompam com o paradigma da modernidade, especialmente o da neutralidade, e assumam um conhecimento com uma ação direcionada, estimulando as instituições civis, criando novos campos de conhecimento, mais descentralizados e mais democráticos.

### **3 A sociedade civil e a esfera pública midiática**

A esfera pública, construída pela comunicação livre e aberta, permite a participação de todos os concernidos e não apenas da “elite” política “preparada” para o debate. Esta ampliação para a entrada de novos atores sociais, especialmente dada pela comunicação de massa e pelo advento dos novos movimentos sociais na cena pública, torna aberto o destino da sociedade, possibilita que questões possam sempre ser retomadas e que novos elementos para o debate possam aparecer e ser considerados. Gomes (2007, p. 6) ressalta: “Na verdade, esfera pública bem podia ser definida como o domínio social das coisas e temas com alta visibilidade social”.

Deste modo, a comunicação entre os homens, especialmente a intermediada por aparatos tecnológicos, adquire um valor central na constituição do espaço público. A esfera pública é a arena discursiva, livre, aberta à participação e ao reconhecimento do outro como igual no direito de uso da palavra, lugar onde as interpretações serão negociadas comparativamente (HABERMAS, 1997).

A esfera pública é vista como um fórum importante onde discussões e debates de questões sociais relevantes são trazidos à luz por indivíduos e coletividades, inclusive por aqueles que eventualmente sintam-se excluídos. Na esfera pública, as



minorias tentam defender-se da cultura majoritária, contestando a validade do auto-entendimento coletivo, esforçando-se para convencer públicos amplos da pertinência e justiça de suas reivindicações. É neste espaço, possibilitado pela comunicação, que os sujeitos vão colocar seus pontos de vista, suas experiências e as perspectivas e vão tentar convencer os outros da validade de seus propósitos.

Em seus trabalhos atuais, Habermas discute a existência de uma multiplicidade de esferas públicas, e não apenas de uma esfera única totalizante. Há um grau de complexidade na sociedade que nos impede de vê-la de forma total. Segundo Maia (1998), o fim do ideal da esfera pública única e singular faz com que passemos a observar a existência de arenas sobrepostas e conectadas, supranacionais, nacionais, regionais e locais.

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos (HABERMAS, 1997, p. 92). Dizendo mais claramente, dada a fluidez e dispersão do curso comunicativo, a esfera pública tende a absorver aqueles que são mais tematizados e levados às instâncias de decisão política.

A geração informal da opinião desemboca em decisões eleitorais institucionalizadas e em decisões legislativas por meio das quais o poder gerado comunicativamente se transforma em poder passível de ser empregado em termos administrativos. (HABERMAS, 1995, p. 48).

É desse esforço de tornar o mundo comum visível e operar mudanças mais concretas, que surgiu a sociedade civil, contrapondo-se ao Estado e ao mercado. Para Vieira (1999), o conceito de sociedade civil aparece para diferenciar Estado e mercado, direito privado e direito público, relacionar os indivíduos sem a intermediação do Estado e reconhecer as instituições que estão entre os indivíduos e o Estado. Além disso, o conceito de sociedade civil revigora a importância da reconstrução da solidariedade.

A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas. (HABERMAS, 1997, p. 99).



A sociedade civil institucionaliza as questões de interesse geral, funcionando como uma antena sensível aos temas que estão percorrendo as esferas da família, do trabalho, da vida cotidiana dos sujeitos. Sociedade civil, de acordo com Habermas (1997), é constituída pelas associações, organizações e movimentos, mais ou menos espontaneamente emergentes, que, sintonizados com a ressonância dos problemas societários nas esferas de vida privadas, destilam e transmitem as respostas ali gestadas de forma ampliada para a esfera pública.

A sociedade civil busca traduzir as experiências privadas em apelos políticos válidos e discutíveis na esfera pública mais geral, capaz de modificar as decisões tomadas nos centros do poder.

Movimentos sociais são um sinal; eles não são meramente o resultado de uma crise. Assinalam uma profunda transformação na lógica e no processo que guiam as sociedades complexas. Como os profetas, eles falam antes: anunciam o que está tomando forma mesmo antes de sua direção e conteúdo tornarem-se claros. Os movimentos contemporâneos são os profetas do presente. (MELUCCI *apud* GOHN, 2000, p. 157).

A sociedade civil não quer o controle do poder, mas sim tentar influenciar os círculos do poder e a esfera pública geral. “Os novos conflitos não se desencadeiam em torno dos problemas de distribuição, mas em torno de questões relativas à gramática das formas de vida” (HABERMAS, 1995, p. 556). Maia comunga desse ponto de vista:

Os grupos cívicos são vistos como atores que agem tanto para modificar os modos de perceber e interpretar os problemas sociais quanto para articular projetos alternativos de políticas públicas, propagando, em outros grupos da população, o interesse em suas causas ou questões. (MAIA, 2003, p. 11).

Os movimentos sociais são exemplos de como a sociedade civil e seus atores podem organizar-se e lutar por aquilo que consideram mais justo, apresentando novas referências de aceitação cultural, de formação de identidade e de distribuição das riquezas.

Segundo Meksenas (2002, p. 147), os movimentos sociais “se constituem na disputa entre atores sobre algo que lhes é comum, assumindo a forma das condutas coletivas [...]”. A busca de entendimento sobre a cidadania e os direitos humanos faz parte dessa luta.

Estes grupos organizados buscam a esfera pública como um espaço coletivo de deliberação, onde os sujeitos podem refletir, ponderar e avaliar as razões apresentadas



sobre as questões. A deliberação pressupõe a presença do outro, o debate, o esclarecimento das diferenças, dos conflitos, a busca por um acordo que seja válido e justo para todos. Para Maia (2003), a deliberação é um processo argumentativo, o intercâmbio de razões feito em público e ajuda a distinguir as reivindicações particulares, egoístas, daquelas comprometidas coletivamente. A autora lembra que os atores coletivos (membros de movimentos sociais, por exemplo), têm mais chances de participar dos processos de deliberação, pois têm habilidades cognitivas, oportunidades de aprendizagem, escrutínio crítico e motivação para a ação. “Produzir um proferimento racional significa oferecer razões que motivam as ações, as recomendações ou os comandos, de tal modo a explicá-los aos outros, por meio do discurso, num esforço de torná-los compartilhados e reconhecidos” (MAIA, 2002, p. 158). “[...] esses atores coletivos desenvolvem diversos elementos - habilidades cognitivas, oportunidades de aprendizagem, escrutínio crítico e motivação para a ação - que os capacita a superar as desigualdades deliberativas” (MAIA, 2004, p. 25), a rigor, há um aperfeiçoamento dos resultados advindos das decisões políticas.

A produção de sentidos elaborados pela sociedade, nos espaços públicos e nos espaços privados e íntimos, tem a participação ativa do jornalismo. Não se pode falar em esferas públicas contemporâneas, sem indagarmos o papel do jornalismo neste processo. Praticamente todos os espaços sócio-culturais e mesmo as interações simples cotidianas estão permeadas por elementos discursivos que transitam nos jornais, nas tvs, nas rádios, nas páginas da Internet. Portanto, a mídia e o jornalismo promovem interações para além do espaço físico, ampliam a visibilidade dos temas e acontecimentos, aumentam a circulação e a reflexividade entre as produções simbólicas e colaboram para o avanço da cidadania e dos direitos humanos das crianças e adolescentes.

#### **4 O jornalismo e a apreensão do social**

O papel do jornalismo na configuração da democracia tem sido uma das principais preocupações dos investigadores tanto da área da comunicação, como das ciências sociais e políticas. Afinal, a democracia não se estabelece apenas em leis, mas em práticas de participação, debates de argumentos e decisões que envolvem uma cultura democrática construída em todos os níveis da sociedade. O jornalismo participa deste cenário, ampliando e diversificado as bases do debate, a formação da opinião



pública e os processos deliberativos.

Podemos dizer que, ao lermos um jornal, temos ali representado dimensões do social, um mosaico da sociedade. Mas um mosaico incompleto, cheio de buracos e alguns exageros. Esta falta e esta sobra de eventos dão-se na medida em que os jornalistas escolhem e enquadram alguns acontecimentos (previamente adotados como valor informação) para noticiar e deixam outros aspectos de fora, ou promovem notícias a partir de indícios da sociedade. Estas escolhas do que noticiar mostram que há uma prévia demarcação daquilo que se considera informação, notícia. Segundo Mouillaud (1997), acontecimento e informação não são autônomos. Um tem a sombra do outro, um se desdobra no outro. “A informação, mantida discretamente atrás do acontecimento, permanece nele presente como uma filigrana” (MOUILLAUD, 1997, p. 56).

Além da escolha dos acontecimentos, os jornais fazem um enquadramento, que é a possibilidade de se retirar um aspecto da experiência e transformá-la num acontecimento transportável, que possa atender às redes de informação jornalísticas. O enquadramento delimita parte da experiência num tempo e num espaço e assim pode servir para ser comentado, discutido e avaliado socialmente (MOUILLAUD, 1997). Há uma relação entre a produção e a recepção na imprensa, estabelecida, especialmente, segundo Emediato (2008), pela tematização e problematização, ou enfoque das notícias, que deve atender à perspectiva do leitor cidadão.

Configura-se assim uma circularidade de sentidos e uma integração que torna jornalismo e sociedade constituintes e constituídos no processo de construção da cidadania. O jornalismo traz mesclado em suas páginas os discursos mais ou menos conhecidos na sociedade, compartilhando o que Charaudeau (2006) chama de competência semântica.

O jornal é apenas um operador entre um conjunto de operadores sócio-simbólicos, sendo, aparentemente, apenas o último: porque o sentido que leva aos leitores, estes, por sua vez, remanejamos a partir do seu próprio campo mental e recolocamos no em circulação no ambiente cultural. (MOUILLAUD, 1997, p. 51).

Como sabemos, o jornalismo possui uma organização empresarial, com um corpo de profissionais especializados que têm códigos e regras de construção dos acontecimentos e critérios próprios de gerenciamento das notícias. Mesmo com estratégias de funcionamento que podem deixar a desejar para a constituição de um



debate crítico racional, ideal para a democracia, o jornalismo tem oferecido uma oportunidade concreta de circulação de sentidos, de tematizações de questões vindas da sociedade civil e que se apresentam como um espaço reflexivo da cidadania.

O jornalismo é um palco de visibilidade ampliada. Através do jornalismo, as questões saem dos pequenos círculos, alcançam outros grupos e sujeitos e provocam outros debates. Deste modo, o jornalismo extrapola os sentidos para além do contexto restrito de seus produtores, e estes sentidos abrem-se para reconfigurações inesperadas.

Esta visibilidade de argumentos nos leva a reconhecer outro aspecto do jornalismo, que é o de provocar um debate público sobre uma determinada questão e convocar a opinião pública a posicionar-se. O jornalismo pode ser despertado para o surgimento de novos temas na sociedade e, assim, articulá-los aos discursos mais progressistas, geralmente oriundos dos movimentos sociais e dos sujeitos envolvidos nas questões da cidadania, aos discursos do senso comum e do poder estabelecido. O jornalismo articula diversas argumentações sobre um mesmo tema, trazendo à tona as várias implicações de uma determinada reivindicação. É importante, numa pesquisa, identificar estes argumentos e suas origens sociais nas matérias jornalísticas.

Diante das reações suscitadas por uma matéria jornalística, os movimentos e grupos envolvidos numa luta tendem a reordenar suas proposições, apresentando as contra argumentações que julgam necessárias para enfrentar os adversários. O jornalismo serve, dessa maneira, como uma arena em que se colocam vários pontos de vista sobre uma questão, a partir dos quais os grupos têm de rever suas estratégias argumentativas para alcançarem seus objetivos. Esta maior visibilidade acelera a circulação dos discursos sobre direitos humanos e cidadania. Como Maia (2004, p. 2) bem observa, a mídia pode tornar-se uma instância de deliberação, “que constrange os interlocutores a seguirem certas regras pragmáticas de trocas de diálogos em público, diante de uma platéia ampliada”. Somente quando as intenções ou planos são conhecidos é que podem gerar processo de diálogo e troca de razões na busca de soluções para os problemas. Com a publicidade, os participantes do debate são convocados, permanentemente, a sustentar e justificar suas proposições em público, aperfeiçoando assim os critérios de deliberação (Maia, 2004). O jornalismo tem colocado a sociedade em contato com aspectos concretos da cidadania.

Cabe então aos vários setores da sociedade civil organizar acontecimentos



mediáticos, facilitando e provocando uma cobertura jornalística dos temas propostos por cada grupo, colocando os receptores e, em última análise, a opinião pública a par de seus problemas. Os grupos da sociedade civil buscam compreender a forma como o jornalismo constrói suas narrativas. Alguns movimentos sociais contratam jornalistas, preparam fatos noticiosos, conseguem incluir seus temas em novelas, escolhem datas comemorativas, facilitam a cobertura jornalística, orientam seus membros para falar aos jornalistas, oferecem material de pesquisa às redações, promovem eventos, etc. Inclusive, as páginas na internet dessas organizações são cada vez mais completas e elaboradas com profissionalismo. Este comportamento menos passivo dos atores sociais revela o início de uma relação bem mais igualitária entre o jornalismo e a sociedade, inclusive com a recente contribuição das tecnologias digitais.

Há também um registro, nas matérias jornalísticas, das lutas de movimentos sociais pela cidadania e pelos direitos humanos. O jornalismo transforma-se, muitas vezes, num arquivo da história dessas reivindicações. Mesmo compreendendo que o jornalismo tem metodologia e narrativa próprias que privilegiam certos ângulos do acontecimento num tempo mais presente, é possível identificar os temas que foram pouco a pouco fazendo parte do repertório do jornalismo nas últimas décadas, revendo-se assim a própria tematização e problematização da sociedade.

Outro aspecto da relação entre jornalismo e cidadania é que, ao elaborar uma questão oriunda de um movimento social mais articulado, o jornalismo também influencia outros grupos com grau de organização menor. Este efeito didático ultrapassa até mesmo os territórios, tornando a busca da cidadania e dos direitos humanos transnacional.

O jornalismo, na democracia, tem ainda a função de vigiar e cobrar dos poderes instituídos os resultados de suas ações na área dos direitos humanos. Esta vigilância tem como consequência a valorização das denúncias, que pode ter como objetivo apenas a venda de notícia e não a melhoraria da vida pública. De qualquer maneira, o jornalismo pode provocar uma prestação de contas dos governantes, aumentar a responsabilização pública e trazer à tona o processo de *accountability* das democracias modernas, tanto das ações do Estado quanto do mercado. Esta função de quarto poder é muito discutida na democracia.

Com estas características, o jornalismo muitas vezes pode revelar-se um



importante ator social na esfera pública democrática, principalmente quando intervém na cena pública, provocando fatos noticiosos, realizando debates, entrevistas, fazendo especulações sobre soluções dos problemas sociais, etc. Esta função de ator social e até mesmo de ator político também deve ser investigada. Afinal, é importante sabermos o quanto deste cenário criado pelo jornalismo pode alterar e acelerar mudanças na vida prática (MAIA; FERNANDES, 2002).

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 476p.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

MEDIATO, Wander. Os lugares sociais do discurso e o problema da influência, da regulação e do poder nas práticas discursivas. In: PROENÇA, Gláucia Muniz; MACHADO, Ida Lúcia; EMEDIATO, Wander (Org.). **Análises dos discursos hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. v. 1, p. 71-91.

FERNANDES, Adélia Barroso. **A mídia e os fluxos comunicativos do espaço público**. Revista Geraes: revista de comunicação social, Belo Horizonte, n. 51, p. 53-61, 2000.

\_\_\_\_\_. **O papel reflexivo da mídia na construção da cidadania: o caso do movimento antimanicomial - 1987 a 1997**. 1999. 197 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte.

\_\_\_\_\_; MAIA, Rousiley C. M. O movimento antimanicomial como agente discursivo na esfera pública política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Bauru, v. 17, n. 48, p. 157-171, 2002.

FRANÇA, Vera Veiga. **Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2000.

GOMES, Wilson. **Publicidade, visibilidade, discutibilidade**. Para uma revisão do conceito de esfera pública política. Curitiba, 2007. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Política”, do XVI Encontro da Compós.



\_\_\_\_\_. **Transformação da política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Paulinas, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **A constelação pós-nacioanal.** São Paulo: Littera, 2001.

\_\_\_\_\_. **Consciência moral e agir comunicativo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

\_\_\_\_\_. **Direito e democracia:** entre a facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. V II.

\_\_\_\_\_. **Teoría de la acción comunicativa.** Buenos Aires: Taurus humanidades, 1995. v. II: Crítica de la razón funcionalista.

MAIA, Rousiley C. M. A mídia e o novo espaço público: a reabilitação da sociabilidade e a formação discursiva da opinião. **Comunicação e Política**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-48, 1998.

\_\_\_\_\_. Dos dilemas da visibilidade mediática para a deliberação política. In: LEMOS, André (Org.). **Mídia.br.** Porto Alegre: Sulinas, 2004. p. 9-38.

\_\_\_\_\_. **Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública.** Recife, 2003. Texto apresentado na XII COMPÓS. Disponível em: <<http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rousiley.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. **Mídia e deliberação pública:** mediações possíveis. Rio de Janeiro, 2002. Texto apresentado na XI COMPÓS. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/pagina.php?menu=8&mmenu=&ordem=2&grupo1=9D&grupo2=11>>. Acesso em: 25 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. **O papel da mídia na pré-estruturação da esfera pública.** Glasgow, 1998b. Conferência da IAMCR (International Association for Media and Communication Research).

\_\_\_\_\_. **Política deliberativa e tipologia de esfera pública.** Bauru, 2006. Texto apresentado na XV COMPÓS. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_442.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_442.pdf)>. Acesso em: 20/01/2010.

\_\_\_\_\_. Redes cívicas e internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (Org.). **Internet e política:** teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. p. 46-72



\_\_\_\_\_. **Visibilidade e “accountability”**: o evento do ônibus 174. Bauru, 2004b. Texto apresentado na XIII COMPÓS. Mimeo.

MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, poder e comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOUILLAUD, Maurice. Crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Paralelo, 1997. p. 49-83.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente**. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **The world social forum**: toward a counter-hegemonic globalization. Coimbra, 2003. Disponível em: <<http://www.ces.fe.uc.pt/bss/documentos/wsf.pdf>>. Acesso em: 25/01/2010.

VIEIRA, Litz. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1999.